

**ÀS URNAS,
CIDADÃOS!**

ÀS URNAS, CIDADÃOS!

CRÔNICAS 2012-2016

THOMAS
PIKETTY

TRADUÇÃO DE ANDRÉ TELLES



Copyright © 2016, Les Liens qui Libèrent

Publicado mediante acordo especial com Les Liens qui Libèrent em conjunto com seus agente e coagente devidamente designados, L'Autre Agence e Villas-Boas & Moss Agência Literária.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida em nenhum formato, ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem e recuperação de informações sem a permissão por escrito da editora.

TÍTULO ORIGINAL

Aux urnes citoyens! Chroniques 2012-2016

PREPARAÇÃO

Isabela Fraga
Luísa Ulhoa

REVISÃO

Eduardo Rosal
André Marinho

DIAGRAMAÇÃO

ô de casa

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P693u

Piketty, Thomas

Às urnas, cidadãos! : crônicas 2012-2016 / Thomas Piketty ; tradução André Telles. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Intrínseca, 2017.
192 p. ; 23 cm.

Tradução de: Aux urnes, citoyens! - Chroniques 2012-2016
ISBN 978-85-510-0014-4

1. Europa - Condições econômicas. 2. Europa - Política econômica. 3. França - Condições econômicas. I. Título.

16-37731

CDD: 330.94

CDU: 338.1(44)

[2017]

Todos os direitos desta edição reservados à

Editora Intrínseca Ltda.

Rua Marquês de São Vicente, 99/3º andar

22451-041 — Gávea

Rio de Janeiro — RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

www.intrinseca.com.br

Sumário

- Prefácio · 9
Setembro de 2016
- A CSG progressiva *versus* o TVA social · 17
17 de janeiro de 2012
- Divergências franco-alemãs · 20
14 de fevereiro de 2012
- Universidades: as mentiras de Sarkozy · 23
13 de março de 2012
- O vazio sarkozysta · 26
9 de abril de 2012
- François Hollande: um novo Roosevelt para a Europa? · 29
7 de maio de 2012
- Única solução: o federalismo · 32
4 de junho de 2012
- Que tipo de federalismo, e para fazer o quê? · 35
2 de julho de 2012
- Chega de inércia! Ação, urgente! · 37
24 de setembro de 2012
- Não acúmulo de mandatos, subsídios: deputados indefensáveis · 40
22 de outubro de 2012
- O socialismo decorativo · 43
19 de novembro de 2012
- Merkhollande e a zona do euro: um egoísmo míope · 46
17 de dezembro de 2012
- Viva a escola na quarta-feira! · 49
28 de janeiro de 2013
- Eleições italianas: a culpa da Europa · 52
25 de fevereiro de 2013
- Por um imposto europeu sobre as fortunas · 55
25 de março de 2013

As duas mentiras de Jérôme Cahuzac	· 58
<i>22 de abril de 2013</i>	
Mudar a Europa para superar a crise	· 61
<i>17 de junho de 2013</i>	
O crescimento pode nos salvar?	· 64
<i>24 de setembro de 2013</i>	
FMI: mais um esforço!	· 67
<i>21 de outubro de 2013</i>	
Falência silenciosa na universidade	· 70
<i>18 de novembro de 2013</i>	
Da escola à universidade, falta de transparência e desigualdade	· 73
<i>16 de dezembro de 2013</i>	
François Hollande, incorrigível social-trapalhão	· 76
<i>27 de janeiro de 2014</i>	
<i>Libé: o que é ser livre?</i>	· 79
<i>24 de fevereiro de 2014</i>	
François Hollande, esse teimoso	· 82
<i>24 de março de 2014</i>	
Sobre a oligarquia nos Estados Unidos	· 84
<i>21 de abril de 2014</i>	
Às urnas, cidadãos!	· 87
<i>19 de maio de 2014</i>	
Do Egito ao Golfo, um barril de pólvora da desigualdade	· 90
<i>16 de junho de 2014</i>	
Sobre o custo exorbitante de ser um país pequeno	· 93
<i>8 de setembro de 2014</i>	
CICE, a verruga de François Hollande	· 96
<i>6 de outubro de 2014</i>	
O capital em Hong Kong?	· 99
<i>3 de novembro de 2014</i>	
O capital segundo Carlos Fuentes	· 102
<i>1º de dezembro de 2014</i>	
2015: alguns choques para sacudir a Europa?	· 105
<i>29 de dezembro de 2014</i>	

Estender a revolução democrática para o restante da Europa · 108	
	<i>26 de janeiro de 2015</i>
Salvar a mídia · 111	
	<i>23 de fevereiro de 2015</i>
O duplo sofrimento das classes populares · 114	
	<i>23 de março de 2015</i>
Devemos sempre pagar nossas dívidas? · 117	
	<i>20 de abril de 2015</i>
Bônus de atividade: uma reforma malograda · 120	
	<i>18 de maio de 2015</i>
Laicidade e desigualdade: a hipocrisia francesa · 123	
	<i>15 de junho de 2015</i>
Por uma Europa aberta · 126	
	<i>7 de setembro de 2015</i>
O capital na África do Sul · 129	
	<i>5 de outubro de 2015</i>
Medidas excepcionais de segurança não bastam · 132	
	<i>22-23 de novembro de 2015</i>
Os poluidores do mundo devem pagar a conta · 135	
	<i>28 de novembro de 2015</i>
Mudar a Europa, agora · 139	
	<i>22 de dezembro de 2015</i>
Sobre a censura à emenda Ayrault-Muet · 142	
	<i>31 de dezembro de 2015</i>
2007-2015: uma recessão interminável · 144	
	<i>8 de janeiro de 2016</i>
Capital e desigualdade na Índia · 148	
	<i>17 de janeiro de 2016</i>
Combater as desigualdades, na França e na Europa · 151	
	<i>28 de janeiro de 2016</i>
O impacto Sanders · 154	
	<i>15 de fevereiro 2016</i>
Sobre a desigualdade nos Estados Unidos · 157	
	<i>18 de fevereiro de 2016</i>

A Europa está se tornando islamofóbica? · 165
<i>15 de março de 2016</i>
Sobre a situação migratória na Europa · 168
<i>31 de março de 2016</i>
LuxLeaks, Panama Papers: a hipocrisia europeia · 171
<i>12 de abril de 2016</i>
Por um núcleo duro europeu · 174
<i>14 de maio de 2016</i>
A Lei Trabalhista: uma grande salada · 177
<i>2 de junho de 2016</i>
Repensar o imposto sobre o patrimônio · 182
<i>12 de junho de 2016</i>
Notas · 185

Prefácio

Setembro de 2016

Este livro reúne minhas crônicas publicadas mensalmente no jornal *Libération* entre janeiro de 2012 e outubro de 2015, e também no *Le Monde*, de novembro de 2015 a junho de 2016, sem qualquer correção ou aprimoramento.¹ Alguns textos envelheceram melhor do que outros, e nem sempre as repetições estão ausentes. De toda forma, espero que o leitor indulgente possa encontrar neles pistas úteis para suas reflexões e deliberações.

O período que temos pela frente apresenta uma forte dimensão eleitoral na França, com não menos do que três eleições primárias ao longo do outono europeu de 2016 (direita, esquerda, ecologistas), seguidas pelos escrutínios presidencial e legislativo na primavera de 2017. O livro aborda amplamente as análises ainda em debate das linhas de governo dos quinquênios Nicolas Sarkozy e François Hollande e, transcendendo os limites do presidencialismo à francesa, dedica seus comentários mais extensos às questões europeias e internacionais. Após a publicação na França, em 2013, de *O capital no século XXI*, tive a sorte de participar de debates sobre a escalada da desigualdade em um grande número de países, do México à Índia, passando por África do Sul, Brasil, Oriente Médio e China. Muitas das crônicas são diretamente inspiradas nessas conversas com estudantes, militantes, leitores, autores, atores da sociedade civil e do mundo econômico, cultural e político.

Na França, como em qualquer outro país, o engajamento político não se resume às eleições. A democracia repousa acima de tudo no confronto permanente de ideias, na recusa das certezas prontas, no questionamento sem concessão das posições de poder e dominação. Questões econômicas

não são questões técnicas que poderiam ser delegadas a uma pequena casta de especialistas; são questões eminentemente políticas, com as quais todos devem se envolver para formar sua opinião, sem se deixar impressionar. Não existe lei econômica: existe apenas uma série de experiências históricas e trajetórias ao mesmo tempo nacionais e globais, compostas de bifurcações imprevistas e remendos institucionais instáveis e imperfeitos, em cujo escopo as sociedades humanas escolhem e criam diferentes modos de organização e regulação das relações de produção e também sociais. Estou convencido de que a democratização do saber econômico e histórico e da pesquisa em ciências sociais pode contribuir para alterar as relações de força e estimular a democratização da sociedade em seu conjunto. Sempre existem alternativas: esta é sempre a primeira lição de uma perspectiva histórica e política sobre a economia. Um exemplo especialmente claro é o da dívida pública: querem nos impingir que a Grécia e outros países do sul da Europa não têm outra escolha senão comprometer por décadas enormes superávits orçamentários, ao passo que, justamente, a Europa se estabeleceu nos anos 1950 com base no cancelamento das dívidas do passado, o que beneficiou em particular a Alemanha e a França, permitindo-lhes investir no crescimento e no futuro.

Essas conversas também reforçaram minha hipótese de que as desigualdades promovidas pelo atual capitalismo globalizado e desregulado não têm qualquer relação com o ideal de mérito e eficiência descrito pelos privilegiados do sistema. Com variações infinitas entre os países, a desigualdade moderna combina elementos antigos, que incluem brutais relações de dominação e discriminações raciais e sociais, com elementos mais recentes, o que às vezes resulta em formas de sacralização da propriedade privada e de estigmatização dos perdedores, de modo ainda mais extremo do que durante as fases anteriores da globalização. Tudo isso num contexto em que o progresso do conhecimento e da tecnologia, bem como a diversidade e a inventividade das criações culturais, poderia gerar um progresso social sem precedentes. Infelizmente, por falta de uma regulação adequada das forças econômicas e financeiras, a escalada das desigualdades ameaça exacerbar as tensões identitárias e os isolamentos nacionais, tanto nos países ricos como nos pobres e emergentes.

Se fizermos um rápido balanço do período de 2012 a 2016, os acontecimentos mais marcantes e dramáticos são sem dúvida a guerra na Síria e no Iraque e a conflagração do Oriente Médio, que surgem acompanhados de um questionamento radical, e talvez duradouro, do sistema de fronteiras implantado na região pelas potências coloniais por ocasião do acordo Sykes-Picot de 1916. As origens desses conflitos são complexas, envolvendo ao mesmo tempo antigos antagonismos religiosos e trajetórias modernas malsucedidas de construção do Estado. Contudo, é mais do que evidente que as intervenções ocidentais recentes — em especial por ocasião das duas guerras do Iraque, de 1990 a 1991 e de 2003 a 2011 — desempenharam um papel decisivo. De uma perspectiva a longo prazo, impressiona constatar que o Oriente Médio — aqui definido como a região que vai do Egito ao Irã, passando por Síria, Iraque e península Arábica, ou seja, aproximadamente trezentos milhões de habitantes — constitui não só a região mais instável do mundo, como também a mais desigualitária. Levando em conta a extrema concentração dos recursos petrolíferos em territórios despovoados (desigualdades territoriais que, por sinal, estão na origem da tentativa de anexação do Kuwait pelo Iraque em 1990), podemos estimar que 10% dos indivíduos mais favorecidos da região se apropriam de 60% e 70% do total da renda, ou seja, número maior do que nos países mais desigualitários do planeta (entre 50% e 60% da renda para os mais favorecidos no Brasil e na África do Sul, cerca de 50% nos Estados Unidos), e muito mais do que na Europa (entre 30% e 40%, em comparação com cerca de 50% um século atrás, antes que as guerras e o Estado social e fiscal viessem equiparar as condições).

É igualmente relevante constatar que as regiões que apresentam mais desigualdades no planeta herdaram de suas origens um grande passivo histórico em termos de discriminações raciais (isso é evidente no caso da África do Sul e dos Estados Unidos, mas de mesma forma no Brasil, que possuía aproximadamente 30% de escravos na época da abolição, em 1888), o que não é o caso no Oriente Médio. Nesta região, as fortíssimas desigualdades têm uma origem muito mais “moderna”, diretamente ligada ao capitalismo contemporâneo, trazendo, em seu cerne, o papel-chave do petróleo e os fundos de riqueza soberanos (bem como, com certeza, fronteiras coloniais amplamente arbitrárias quanto à sua definição e, desde então, sob a proteção militar dos países ocidentais).

Se acrescentarmos a isso as constantes discriminações profissionais (e às vezes de vestimenta) enfrentadas na Europa pelas populações de origem árabe e muçulmana, e também o fato de que uma fração ociosa e fanatizada dessa juventude tenta importar para o continente europeu os conflitos do Oriente Médio, o coquetel torna-se literalmente explosivo. A solução, na França e na Europa, evidentemente não é acrescentar outra camada de estigmatização, como alguns se sentem tentados a fazer com esse triste caso do *burkini* (quer dizer que podemos exprimir tudo com nossas roupas, saias curtíssimas, saias pregueadas, cabelos coloridos, camisetas de rock ou revolucionárias, menos nossas convicções religiosas? Claro, tudo isso não faz sentido algum), e sim promover o acesso à formação profissional e ao emprego. Devemos igualmente parar de privilegiar nossas relações venais com os emires e nos interessar mais pelo desenvolvimento igualitário da região.

A solução no Oriente Médio decerto não é a invasão generalizada do território vizinho. Mas é fundamental aceitar um debate ponderado sobre o sistema de fronteiras e o desenvolvimento de formas regionais de integração política e de redistribuições de recursos. Concretamente, o Egito hoje se encontra à beira da asfixia financeira, correndo o risco de sofrer um expurgo orçamentário destruidor por parte do FMI, ao passo que a prioridade deveria ser investir na juventude do país, diante de infraestruturas públicas e um sistema educacional e sanitário totalmente precários. Esse país com mais de noventa milhões de habitantes, à beira de uma nova explosão social e política poucos anos depois de os países ocidentais ratificarem a anulação das primeiras eleições democráticas já realizadas, aproveita para abocanhar alguns bilhões pela venda de armas ao novo regime militar e, sem dúvida, vai tentar mendigar um novo empréstimo aos vizinhos sauditas e emirados, que têm bilhões e não sabem com que gastá-los, mas que muito provavelmente não cederão muito. Mais dia menos dia, essas redistribuições de recursos e atos de solidariedade no seio do Oriente Médio deverão se efetuar num âmbito mais democrático e previsível, parecido com os fundos regionais europeus, que, mesmo longe de serem perfeitos, em termos comparativos ainda são um pouco menos insatisfatórios.

Desse ponto de vista, é lícito pensar que o Brexit (ou pelo menos a votação, em maio de 2016, de 52% da população do Reino Unido a favor da

saída do país da União Europeia, já que o Brexit de verdade ainda está bem longe de ocorrer) é o segundo acontecimento mais marcante do período de 2012 a 2016. Menos dramático, evidentemente, que o desenrolar da guerra na Síria e no Iraque, o Brexit não é uma derrota terrível apenas para a União Europeia.

Trata-se, da mesma maneira, de uma triste notícia para todas as regiões do mundo, que, mais do que nunca, carecem de formas originais e bem-sucedidas de integração política regional. Uma União Europeia bem-sucedida poderia ser uma inspiração para uma Liga Árabe mais integrada, bem como para futuras uniões políticas regionais sul-americanas, africanas ou asiáticas, uniões regionais que poderiam igualmente desempenhar um papel central no debate, com vistas a desafios e redistribuições de recursos com amplitude de fato mundial, a começar, claro, pela questão da mudança climática. Esse cenário inverso, com uma União Europeia em xeque e cuja população consultada deseja sair o mais depressa possível dela, apenas alimenta o ceticismo quanto à superação do Estado-nação e reforça pelo mundo os isolamentos identitários e nacionalistas.

Eis o paradoxo. Mais do que nunca, os diferentes países constataam a necessidade de acordos e tratados internacionais para assegurar seu desenvolvimento, em especial sob forma de regras que garantam a livre circulação de bens, serviços e capitais (e, em menor escala, de pessoas), e, a propósito, o Reino Unido vai se apressar para renegociar essas regras com os países da União Europeia. Ao mesmo tempo, contudo, batalhamos para desenvolver espaços de deliberação democrática que permitam discutirmos não só o teor dessas regras, como também mecanismos de tomada de decisão coletiva e transnacional, em que os povos e as diferentes classes sociais possam se reconhecer, em vez de se sentirem incessantemente sacrificados em prol dos mais ricos e que possuem maior mobilidade. O voto a favor do Brexit não é consequência apenas da xenofobia crescente de um eleitorado inglês envelhecido e da fraca participação eleitoral da juventude; traduz um profundo cansaço frente à incapacidade da União Europeia de se democratizar e se interessar pelos mais frágeis.

A sucessão de governantes alemães e franceses desde 2008 têm também grande parcela de responsabilidade: com sua gestão catastrófica da

crise da zona do euro, despertaram objetivamente a vontade de fugir dessa máquina infernal. Com uma gestão egoísta e uma visão de curto prazo da crise (consistindo, *grosso modo*, em se refugiar atrás das baixíssimas taxas de juros de seus países para recusar ao sul da Europa uma verdadeira reestruturação das dívidas públicas; recusa, aliás, que persiste nos dias de hoje), eles conseguiram a proeza de transformar uma crise inicialmente oriunda do setor financeiro privado americano numa duradoura crise europeia das dívidas públicas, no exato momento em que, às vésperas da crise de 2008, essas dívidas na zona do euro não eram mais elevadas do que nos Estados Unidos, no Reino Unido e no Japão.

Quero, no entanto, concluir com uma observação otimista, pois no fundo tudo é reversível, e o mais importante é discutir o que vem em seguida. Sou otimista sobretudo porque penso que homens e mulheres têm uma capacidade infinita de cooperação e criação, desde que se dediquem a boas instituições. Homens e mulheres são bons; as instituições é que são ruins e podem ser melhoradas. A esperança subsiste, pois nada há de natural ou imanente na solidariedade ou em sua ausência: tudo depende dos compromissos institucionais a que nos dedicamos. Nenhuma lei natural leva os *franciliens* — habitantes da Île-de-France — ou os bávaros a terem mais solidariedade pelos *berrichons* — da região agrícola de Berry — ou saxões do que pelos gregos ou catalães. São as instituições coletivas que criamos — instituições políticas, regras eleitorais, sistemas sociais e fiscais, infraestruturas públicas e educacionais — que permitem à solidariedade existir ou desaparecer.

Arriscando-me a cansar o leitor, que verá essas mesmas ideias expostas diversas vezes nas crônicas a seguir, eu gostaria de repetir aqui que uma reforma democrática das instituições europeias faria não só progredir a solidariedade como fomentaria melhores estratégias de desenvolvimento para o continente europeu. Concretamente, os conselhos dos chefes de Estado e dos ministros das Finanças, que há décadas fazem as vezes de governança na Europa, constituem uma máquina de colocar os interesses nacionais uns contra os outros, impedindo qualquer tomada de decisão majoritária e ponderada, após um debate público e plural. O Parlamento europeu é uma instituição mais promissora, embora demasiadamente

desconectada da realidade e completamente à margem dos Parlamentos nacionais, os quais, apesar de todas as imperfeições, permanecem a base sobre a qual foram construídos a democracia e o Estado social europeu no século XX. De uma maneira ou de outra, a solução passa por um envolvimento maior dos Parlamentos nacionais, de preferência pela criação de uma verdadeira Câmara Parlamentar da zona do euro, composta por membros dos Parlamentos nacionais, proporcionais às populações e aos grupos políticos. Isso permitiria construir uma verdadeira soberania democrática europeia com base nas soberanias parlamentares nacionais, o que constituiria uma legitimidade democrática forte o suficiente para adotarmos as medidas sociais, fiscais e orçamentárias que se fazem necessárias. Várias outras soluções complementares são possíveis. Uma coisa é certa: devemos fazer de tudo para exigir dos candidatos, tanto nas eleições primárias quanto nas futuras, que se comprometam com essas questões. Não basta reclamarmos da Europa atual: temos de colocar na mesa soluções objetivas de reforma e debatê-las coletivamente para alcançar o melhor comprometimento possível.

Para concluir com outra observação otimista, gostaria de esclarecer, mais genericamente, que não sinto qualquer nostalgia do mundo encantado dos “Trinta Gloriosos”* (quando vigorava uma série de discriminações e desigualdades, sobretudo patriarcais e pós-coloniais), e que não subscrevo em absoluto a falsa ideia segundo a qual a bela marcha rumo ao progresso social teria sido irremediavelmente interrompida pela escalada do neoliberalismo dos anos 1980 e 1990. Na verdade, a despeito de todas as dificuldades, o lento processo de construção do Estado social europeu prosseguiu nos anos 1990 e 2000 em mais de uma vertente: com a expansão do seguro-saúde universal na França (que antes constituía um sistema muito segmentado e confuso, o que infelizmente acontece sempre com as aposentadorias); a instituição de um salário mínimo nacional no Reino Unido e na Alemanha (ainda que isso traduza parcialmente uma resposta insuficiente ao declínio sindical); a criação de cargos de decisão para os as-

* Os trinta anos que vão de 1945 a 1975, período de grande desenvolvimento econômico e melhoria das condições de vida na França. (*N. do T.*)

salariados nos conselhos de administração da França e talvez em breve no Reino Unido (ainda que a situação permaneça muito tímida se comparada aos sistemas adotados há décadas na Alemanha e na Suécia; sistemas que, por sua vez, poderiam ser aprimorados); ou ainda a implantação de regras anônimas em diversos países europeus, permitindo prover maior igualdade de acesso à educação (ainda que a falta de transparência e de deliberação democrática em torno desses mecanismos continue gritante). Essas discussões estão em curso, e as decisões objetivas dependerão acima de tudo da capacidade dos cidadãos e dos diferentes grupos sociais de lutar e derrubar as barreiras do conhecimento e do egoísmo míope. O fim da história não é para amanhã.

A CSG progressiva versus o TVA social

Libération, 17 de janeiro de 2012

Tudo indica que o governo francês se prepara para anunciar amanhã, durante a Cúpula Social que o reunirá com sindicatos e patrões, uma transferência maciça de contribuições sociais para uma mistura de taxa sobre o valor adicionado (TVA) e de contribuição social generalizada (CSG). Se ele optar por seguir o plano apresentado pelo Movimento das Empresas da França (Medef) em novembro de 2011, a reforma poderá consistir na transferência de aproximadamente 50 bilhões de contribuições patronais para a TVA (a fim de amenizar o custo do trabalho) e de mais de 20 bilhões de euros de contribuições salariais para a CSG (a fim de aumentar os salários líquidos às vésperas das eleições e de empurrar goela abaixo o aumento da TVA).

Diante desse ativismo de última hora, a esquerda não pode se limitar a criticar a agitação constante do presidente-candidato Nicolas Sarkozy, disposto a tudo para salvar o cargo. A reforma do financiamento da proteção social é uma questão real. A oposição deve aproveitar essa oportunidade para se distanciar da confusão fiscal das últimas duas semanas e mostrar à França que está pronta para governar, formulando contrapropostas precisas, mais justas e eficazes que o plano da direita.

Qual é a questão? Nosso sistema de proteção social se baseia fortemente em encargos sociais que incidem apenas sobre os salários. A justificativa para isso é o financiamento das rendas de substituição (aposentadorias, seguros-desemprego). Contudo, a particularidade francesa é ter utilizado essas taxas também para financiar despesas sociais, como o auxílio-doença e as políticas voltadas para a família. O problema foi em parte resolvido pelas contribui-

ções sociais de saúde e família, progressivamente substituídas desde 1990 pela CSG — que tem o mérito de incidir sobre todas as rendas e que, portanto, tem um rendimento bastante elevado: em torno de 12,5 bilhões de euros por ponto percentual (5,5 bilhões no caso dos salários do setor privado, 2 bilhões no dos salários do setor público, 1 bilhão no das rendas dos não assalariados, 3 bilhões no das rendas de substituição e 1 bilhão no das rendas patrimoniais: lucros, dividendos e aluguéis), o que permite aliviar a pressão sobre os salários.¹

Ainda assim, nada foi feito em relação ao maior quinhão, ou seja, as contribuições patronais. Hoje, a alíquota da contribuição patronal é de 12,8% para o auxílio-doença e de 5,4% para a família, resultando num total de 18,2% do salário bruto (e mais de 20% se acrescentarmos os diversos encargos instituídos para financiar a habitação, a formação profissional etc., e que não têm razão alguma para incidir exclusivamente sobre os salários).

Pensar que é possível transferir esse volume de contribuições (mais de 110 bilhões de euros, ou seja, duas vezes o imposto de renda!) para a TVA é algo totalmente irrealista. Além dos argumentos habituais sobre a injustiça de uma medida como essa, convém assinalar que a base de cálculo da TVA é estreita (menos de 6 bilhões de euros por ponto de TVA com alíquota cheia, ou seja, duas vezes menor que a CSG), o que se explica pela existência de alíquotas reduzidas (dispendiosas, embora pouco eficazes em termos de direcionamento), assim como pelo fato de que inúmeras despesas escapam da TVA (em especial serviços imobiliários e financeiros), e que os mais ricos consomem apenas parte de suas rendas.

O plano do Medef pretende elevar a alíquota cheia da TVA a 25% (e a reduzida, a 12%) para financiar a transferência de 2,1 pontos percentuais de contribuição da saúde e de 5,4 pontos de contribuição da família — ou seja, 7,5 pontos percentuais de contribuição patronal. Para transferir a totalidade dos 18,2%, seria necessário elevar a TVA a mais de 35%! O impacto no poder de compra seria ainda mais esmagador porque a TVA, como todos os impostos indiretos, é cega em sua aplicação, impedindo que as rendas baixas sejam protegidas. A TVA social, pura e simplesmente, não basta para enfrentar o desafio. A CSG é um instrumento potencial bem melhor para executar uma reforma ampla das contribuições patronais. Todavia, há duas condições.

Em primeiro lugar, é imprescindível obrigar por lei os empregadores a elevar os salários brutos dos assalariados já em vigor num montante equivalente à redução das contribuições. A redução no custo do trabalho — para um determinado salário bruto — será aplicável às novas contratações e aos aumentos de salário, mas não deve recair sobre aqueles que já têm um emprego! Em seguida, é necessário criar uma verdadeira CSG progressiva. Já evitamos por muito tempo esse obstáculo improvisando mecanismos *ad hoc* para as rendas baixas: as aposentadorias e os seguros-desemprego inferiores a certo patamar de renda fiscal são isentos de CSG ou tributados pela alíquota reduzida; entre metade e três quartos da CSG dos salários baixos é reembolsado mediante o bônus para o emprego (PPE) pago pelo governo (com um ano de atraso). Da mesma maneira, é preciso agora aplicar uma tabela progressiva a todas as formas de renda. Por exemplo, para obter os mesmos 12 bilhões de euros de rendimento, é possível tributar todas as rendas em 1%, ou aplicar uma alíquota progressiva que comece em 0%, no caso das rendas inferiores a 2.000 euros brutos mensais; depois em 1%, para rendas entre 2.000 e 4.500 euros; e depois em 2%, no caso das que forem acima de 4.500 euros. Ao permitir conciliar eficiência na arrecadação e justiça na distribuição, a CSG progressiva constitui a única alternativa confiável à TVA social.

Divergências franco-alemãs

Libération, 14 de fevereiro de 2012

Acabam de sair do forno os números referentes a 2011. O preocupante déficit comercial da França atinge agora 70 bilhões de euros (mais de 3% do PIB francês), ao passo que o colossal superávit da Alemanha se estabiliza em 160 bilhões de euros (mais de 6% do PIB alemão). Nunca, desde 1950, o déficit francês esteve tão elevado (o recorde anterior datava de 1980-1982: 2% do PIB). Nunca, desde 1950, o superávit alemão foi tão forte (só para lembrar, o superávit chinês é de 3%).

Em 2002, no entanto, quando a direita reassumiu o poder, os dois países apresentavam um superávit comercial comparável (2% do PIB), a mesma taxa de desemprego (8%) e um déficit público semelhante (2% do PIB). No período de 1980 a 2010, a balança comercial francesa, na média, esteve precisamente equilibrada. Hoje a taxa de desemprego alcança 10% na França (6% na Alemanha), e o déficit orçamentário atinge 5% do PIB (1% no outro lado do Reno).

A direita, que gosta de se dizer boa gestora, está sozinha no poder na França há dez anos. E a verdade é que seu balanço econômico é um desastre. O aparelho produtivo encontra-se em estado lastimável; a formação profissional e a inovação foram trocadas por ridículas subvenções às horas extras; e assistimos a uma má administração sem precedentes do dinheiro público, com brindes fiscais sem sentido em benefício dos doadores do partido UMP (União por um Movimento Popular). O imposto sobre fortunas, chamado de ISF, vai arrecadar em 2012 duas vezes menos do que em 2007, justamente quando os patrimônios aumentaram 30% — tudo isso em plena crise das

finanças públicas. E, como as desculpas de sempre não funcionam mais (“É culpa dos governos anteriores!”), o governo atual transforma os desempregados (cerca de cinco milhões de cadastrados na Agência Nacional para o Emprego [Anpe], outro recorde) e os imigrantes em alvo da vingança popular. Se somarmos a isso o fato de termos um presidente farsante, que emenda uma mentira atrás da outra diante de dezenas de milhões de franceses, a conclusão é clara: a alternância política tornou-se uma questão de saúde pública.

Entretanto, essa situação econômica preocupante exige ousadia e imaginação por parte da esquerda. Em primeiro lugar, a esquerda deve enfrentar esse desafio no nível da política europeia. A Alemanha tem sua parcela de culpa nessa grande divergência entre os dois países. Ao comprimir exageradamente a demanda interna (a participação dos salários reduziu 5% do PIB alemão desde 2002), o país adotou uma estratégia que não pode ser ampliada ao conjunto da União Europeia. Com superávits comerciais anuais de 6% do PIB, em cinco anos a Alemanha poderia comprar a capitalização total do CAC 40 (índice geral da bolsa de Paris) ou a totalidade dos imóveis parisienses (cerca de 800 bilhões de euros). A Alemanha não precisa de tais reservas! E a união monetária não consegue funcionar corretamente com esses desequilíbrios. Ao contrário, tanto a França quanto a Alemanha precisam de uma Europa forte e unida, que permita a retomada de controle de um capitalismo financeiro globalizado insano. Para isso, é necessário um novo tratado europeu alicerçado numa estratégia de crescimento, numa dívida pública comum e na união dos parlamentos nacionais dos países que desejem evoluir. A Alemanha, mais avançada do que os franceses em sua reflexão sobre a união política, pode e deve ouvir essa mensagem.

A França também detém sua parcela de responsabilidade na divergência franco-alemã. Nessa campanha, François Hollande ao menos terá o dever de dizer onde arranjará os 30 bilhões de euros em receitas adicionais para reequilibrar nossas finanças públicas. Mas até agora as reformas estruturais quase não aparecem em seu programa. O financiamento da nossa proteção social onera cruelmente o trabalho e, por isso, precisa passar por reformas profundas. *Grosso modo*, dos 40 pontos percentuais de contribuições patronais que incidem sobre os salários brutos, apenas metade se justifica (contribuições para aposentadoria e seguro-desemprego); o resto (saúde, família, formação

profissional, habitação...) deve recair sobre bases fiscais mais amplas. A solução correta é a adoção de uma verdadeira CSG progressiva, ao mesmo tempo mais justa e eficaz do que a TVA social. De maneira mais geral, nosso sistema fiscal é arcaico, complexo e imprevisível para os agentes econômicos. Deve ser simplificado e modernizado com urgência. Somos, por exemplo, o único país que não adotou a tributação na fonte. No entanto, eis que o porta-voz de François Hollande para assuntos fiscais, Jérôme Cahuzac, acaba de explicar com orgulho que nada seria feito no quinquênio e que seriam necessários diversos mandatos para contemplar tal reforma... enquanto todos os nossos vizinhos a realizaram em apenas um ano, numa época em que a informática nem existia! Tudo isso não basta para resolver a situação. Poderíamos dar muitos outros exemplos. No que se refere às aposentadorias, é o sistema inteiro que deve ser reorganizado, com a unificação dos diferentes regimes, de maneira a consolidar e dinamizar as trajetórias profissionais complexas, bem como adotar contas individuais de direito à formação profissional. A alternância não deve ser feita só por fazer.